



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social,

Políticas de Assistência Social

**POLÍTICA DE SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO
PROFISSIONAL NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO ESTADO DA PARAÍBA**

ALESSANDRA XIMENES DA SILVA¹

GRACIANA MARTINS²

RESUMO

O presente artigo faz uma análise das implicações no trabalho de assistentes sociais expressas nos planos do Serviço Social no processo de enfrentamento à COVID-19, no estado da Paraíba. A fundamentação da pesquisa encontra suas bases na razão dialética da Teoria Social Crítica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, a fim de apreender as implicações desse processo na profissão.

Palavras-Chave: Política de saúde; Estado; Capitalismo contemporâneo; Serviço Social; Planos de trabalho.

ABSTRACT

This article analyzes the implications on the work of social workers expressed in the plans of Social Work in the process of coping with COVID-19 in the state of Paraíba. The foundation of the research is based on the dialectical reason of Critical Social Theory. It is a bibliographic and documentary research, in order to apprehend the implications of this process in the profession.

Keywords: Health policy; State; Contemporary capitalism; Social service; Work plans.

¹ Universidade Estadual da Paraíba

² Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da ofensiva ³ultraneoliberal e a tardia resposta do Estado brasileiro diante da maior crise sanitária, política, econômica e social, os/as assistentes sociais foram convocados para participar do processo de enfrentamento à COVID-19, no entanto, vários desafios foram postos para o desenvolvimento do trabalho profissional. Para tanto, foi necessário combater o negacionismo, o conservadorismo e o obscurantismo por parte do governo federal que priorizou o lucro em detrimento da vida. Considerando que os governos estaduais possuíam função primordial nesse processo, o presente trabalho objetiva analisar a política de saúde e os desafios para o trabalho profissional do Serviço Social no enfrentamento à COVID-19 no estado da Paraíba, buscando compreender em sua totalidade, as tendências, proposições/ações e determinações sociais no processo saúde doença durante a pandemia e suas implicações para o trabalho de assistentes sociais no contexto pós- pandemia.

Para subsidiar a análise faz-se necessário inicialmente apreender a função do Estado brasileiro. Nesse processo, a partir da década de 1990 temos vivenciado contrarreformas, como resposta a crise do capital. Mesmo num contexto de regulamentação das políticas sociais, houve um tensionamento porque ocorreu um subfinanciamento “sob argumentos da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias para os efeitos mais perversos da crise” (Behring, et al, 2011, p.156). Essas medidas têm implicações devastadoras no terreno da seguridade social, sobretudo na política de saúde, culminando na “falta de recursos, o que se evidencia nas longas filas, expressa na demora aos usuários serem atendidos nos serviços sociais, na falta de medicamentos e na redução de leitos” (Behring, et al, 2011, p. 161).

Correia (2015, p. 71) ressalta que essas limitações da política de saúde “estão inseridas em um contexto mais amplo de enfrentamento da crise contemporânea mundial do capital, em que o Estado tem se colocado, cada vez mais, a serviço dos interesses do capital”, favorecendo a saúde privada, através da renúncia fiscal, as desonerações, o perdão de dívidas, o apoio à criação dos planos de saúde acessíveis, desprezando a saúde pública universal, a fim de elevar o lucro para o capital e trazer algum retorno para a economia. Com o advento da ofensiva

³*Ultraneoliberalismo* categoria que demarca uma nova fase de radicalização do neoliberalismo. Indica a intensificação da agenda destrutiva neoliberal, das medidas antidemocráticas, neoconservadoras, do aprofundamento do ajuste fiscal permanente, financeirização das políticas sociais e etc, cujas medidas repercutem na disputa do fundo público e no acirramento das expressões da questão social. (Bravo, et al, 2020)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

⁴ultraneoliberal e a tardia resposta do Estado brasileiro diante da maior crise sanitária, política, econômica e social, os/as assistentes sociais encontraram profundos desafios ao dar respostas às demandas institucionais e dos usuários no enfrentamento a COVID-19.

Esse processo ocorre em uma conjuntura adversa marcada pelo negacionismo e obscurantismo por parte do governo federal, que priorizou o lucro em detrimento da vida. Considerando que os governos estaduais possuem função primordial nesse processo, o presente trabalho objetiva analisar a política de saúde e os desafios para o trabalho profissional do Serviço Social no enfrentamento à COVID-19, no estado da Paraíba, buscando compreender em sua totalidade, as tendências, proposições/ações e determinações sociais no processo saúde doença durante a pandemia e suas implicações à para o trabalho de assistentes sociais no atual contexto pós- pandemia.

A fundamentação teórica desta pesquisa encontra suas bases no método histórico crítico-dialético. Para fins de desenvolvimento da pesquisa foram realizadas a revisão bibliográfica das categorias do estudo: política social, Estado, capitalismo contemporâneo e Serviço Social; e a pesquisa documental dos planos de trabalho do Serviço Social no estado da Paraíba, no processo de enfrentamento à COVID-19. O estudo abrangeu as 02 mesorregiões do estado da Paraíba, sendo estas: Sertão (05 planos) e o Agreste (13 planos), referentes ao período de (2021-2022) e 4 planos referente ao ano de 2023. A coleta de dados foi realizada no acervo do Projeto de Extensão “Educação permanente para os(as) assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós-pandemia da Covid-19 na Paraíba”. O período do estudo foi de 2020-2023, sob o governo de Jair Messias Bolsonaro e início do governo Lula, a nível nacional, e o governo João Azevedo, a nível estadual.

Diante da particularidade da política de saúde brasileira, a constante atualização e aprofundamento acerca dos desafios pertinentes ao Serviço Social são de extrema relevância, no sentido de traçar estratégias coletivas de lutas e resistência contra a ordem capitalista, evidenciando a importância do compromisso com o Projeto Ético-político profissional, em defesa da vida e dos direitos de todos/as, conforme as orientações do conjunto CFESS-CRESS. Portanto, é imprescindível adensar o conhecimento sobre os processos históricos e a realidade em curso, estimulando a construção de um pensamento crítico acerca do fazer profissional,

⁴*Ultraneoliberalismo* categoria que demarca uma nova fase de radicalização do neoliberalismo. Indica a intensificação da agenda destrutiva neoliberal, das medidas antidemocráticas, neoconservadoras, do aprofundamento do ajuste fiscal permanente, financeirização das políticas sociais etc, cujas medidas repercutem na disputa do fundo público e no acirramento das expressões da questão social. (Bravo, et al, 2020)

respaldados na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e no Código de Ética, para assim, enfrentar um contexto bastante adverso, tendo conhecimento dos desafios propostos e da postura necessária para intervir nas demandas complexas da crise sanitária e das expressões da questão social.

2 A FUNÇÃO DO ESTADO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICA DE SAÚDE

Na particularidade brasileira, os diversos governos que se sucederam após as décadas de 1970 e 1990 adotaram processos de reformas econômicas neoliberais como resposta às necessidades do capitalismo em crise, constituindo um Estado historicamente ausente em relação às medidas de proteção social. No entanto, a ascensão do neoliberalismo se consolidou precisamente entre 1995 e 2002 com a chegada dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, inicia-se o processo de contrarreforma com o argumento de que o problema estaria no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo, corrigir distorções e reduzir os gastos sociais através do ajuste fiscal, tendo como principal documento o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), formulado por Bresser Pereira, que direcionou a privatização de muitas empresas estatais; a descentralização da gestão e prestação dos serviços sociais por meio de Parcerias Público-Privado (PPPs), tais como: Organizações Sociais (OSs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPS), como também, favoreceu a ampliação dos planos de saúde, a fim de garantir a estabilização e o crescimento econômico em detrimento dos princípios universais da política de saúde. Tais medidas resultam na seletividade e na focalização da pobreza, de modo que o SUS materializado diverge do SUS legalmente instituído, estando cada vez mais distante dos princípios universais conquistados pela classe trabalhadora.

Segundo Behring (2019), o “ajuste fiscal permanente” está em curso até os dias atuais e conseqüentemente a política de saúde vem sendo duramente atingida pelos processos de desmonte, de modo que a privatização, descentralização e focalização da política de saúde consubstanciam em longo período de espera, com unidades de saúde precárias, falta de equipamentos, de medicamentos e de profissionais de saúde, colocando em risco a vida da população que necessita exclusivamente do SUS. Esse desgaste e dificultamento do acesso ao SUS beneficia intencionalmente o mercado de serviços privados, passando a ideia de que a saúde pública é ineficaz em relação à saúde privada que garante pronto atendimento, segurança,

tranquilidade e conforto. Esse processo assume patamares de radicalização ainda maiores com o advento do ultraneoliberalismo.

Bravo, et al, 2020, p.13, assevera que o ultraneoliberalismo:

favorece os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes (ou fechando os olhos do Estado quando se trata de procedimentos ilegais levados a efeito pelos... empresários liberais). Finalmente, a doutrina liberal estimula o empresariado – as classes dominantes – a inventar caminhos por dentro do Estado para apropriar-se de bens e de atividades públicas como espaço próprio e pasto de lucros e de retornos privados.

Destarte, o que diferencia o ultraneoliberalismo das outras fases do neoliberalismo são a intensificação e radicalização das medidas antidemocráticas, neoconservadoras, do aprofundamento do ajuste fiscal permanente; do desfinanciamento, da ampliação da precarização do trabalho e a financeirização das políticas sociais que implicam na disputa do fundo público e no aprofundamento das expressões da questão social.

Segundo Behring et al. (2018), Temer, no decurso de seu governo golpista, para se conectar às exigências do ambiente internacional, buscando desesperadamente estratégias para entrar na disputa acirrada pela recuperação das taxas de lucro, promove uma agenda destrutiva ao aprofundar as medidas de contingenciamento dos gastos públicos e do desfinanciamento das políticas sociais por meio da Emenda Constitucional - 95 que tem como finalidade definir um teto dos gastos públicos e congelar os recursos para as políticas sociais, por 20 anos. Essas medidas de ajustes fiscais permanentes, somadas às contrarreformas ultraneoliberais, que atacam a Seguridade Social e fragilizam principalmente as políticas sociais, culminando na precarização e focalização dos serviços públicos de proteção social, impactam diretamente as classes subalternas e coloca em xeque as condições digna de vida dessa população.

No governo de Jair Bolsonaro, conforme foi intensificada a ofensiva destrutiva do ultraneoliberalismo atreladas às necessidades do capitalismo contemporâneo, o contexto brasileiro consubstancia em uma verdadeira tragédia com o advir da pandemia, tendo em vista o posicionamento irracional, negacionista, neoconservador e de cunho protofascista do presidente, que resultaram em milhares de mortes, vítimas não apenas da Covid-19, mas também de um governo genocida que colocou o lucro em detrimento da vida.

Perante a maior crise econômica, política e sanitária, o governo federal banalizou a vida, ignorou a proporção que a COVID-19 iria tomar, não considerando as evidências científicas, ocultando dados, naturalizando as mortes, como também, provocou a flexibilização das medidas recomendadas pela ciência e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causando sérias consequências irreversíveis para a população brasileira, tal qual, configurou-se no aumento e complexidade das demandas e necessidades sociais, no risco para os trabalhadores que ficaram expostos às diversas formas de contaminação, com a falta de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, retardamento das vacinas, culminando sobretudo no exacerbado número de infectados e inúmeras mortes. Segundo dados atualizados em 06 de maio de 2024, no portal Coronavírus/Brasil, o país totalizou cerca de 38.791.997 casos confirmados e 711.964 óbitos por Covid-19. Na particularidade do Nordeste, a Paraíba totalizou cerca de 725.266 casos confirmados e 10.651 casos de óbitos. Ademais, Behring retrata que “nós temos 33,1 milhões de brasileiros que não têm o que comer segundo a Oxfam, e 58,75 milhões de pessoas convivem com situações de insegurança alimentar de alguma forma” (Behring, 2023, p.10).

Conforme Soares (2019), esse momento marca uma profunda regressão civilizatória e maior ofensiva contra o direito à saúde, desde a sua institucionalização, em 1988, impactando fortemente a saúde da população, com a redução do volume de recursos e com a reprodução de políticas racionalizadoras, contencionistas e de ações pontuais no âmbito da saúde pública. Por outro lado, o setor privado da saúde tem sido fortalecido e beneficiado através da “flexibilização das normas que regulamentam os planos e seguros privados de assistência à saúde, assim como a liberação de recursos, os quais poderiam estar sendo investidos no SUS” (Soares, et al, 2021, p. 121).

Essas atuais reconfigurações de privatização, focalização, descentralização/seletividade dos serviços e atendimentos, somados ao sucateamento histórico da saúde pública, como resposta à crise fiscal do Estado, não só impactam a universalidade dos direitos sociais, como também repercutem incisivamente na precarização das condições de trabalho da categoria profissional e na tendência às práticas sociais reprodutoras do modelo de atenção à saúde prioritariamente assistencial, curativo e individualista. Desse modo, O Serviço Social defronta-se com as inúmeras implicações desse processo no cotidiano do seu trabalho profissional.

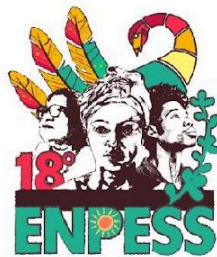
2.1 Desafios no enfrentamento da COVID-19 e as suas implicações no trabalho dos/as Assistentes Sociais no contexto pós-pandêmico no estado da Paraíba

Para refletir sobre os desafios postos para o Serviço Social no processo de enfrentamento da COVID-19 na particularidade do estado da Paraíba, é necessária a compreensão sobre a determinação social no processo saúde-doença, como também identificar a concepção de política social presente nos planos de trabalho do Agreste e Sertão paraibano. Esse debate conceitual e analítico é imprescindível à medida que contribui acerca dos desafios identificados na pesquisa tanto para a reflexão crítica quanto na contribuição para a atuação do Serviço Social.

A determinação social da saúde, assentado no pensamento crítico-dialético, explica o processo de saúde-doença numa perspectiva de totalidade, indo além de sua aparência fenomênica, ou seja, buscam os abarcar as implicações das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais no processo saúde-doença. A perspectiva de determinação social fundamenta-se na concepção de saúde ampliada que remete ao pleno estado de bem-estar físico, mental e social, e não meramente na ausência de doenças. Destarte, o processo saúde-doença não deve ser enfrentado apenas pelo setor de saúde, mas em articulação com as várias outras políticas sociais. A partir dessa compreensão, é fundamental identificar a concepção de política social presentes nos planos de trabalho do Serviço Social no enfrentamento a COVID-19 na Mesorregião do Agreste e Sertão paraibano.

Ao analisar os planos de trabalho do Agreste e Sertão Paraibano foi identificado que a maioria dos planos demonstrou uma concepção ampliada de Política Social e a sua expressão na saúde, ao destacar a compreensão de Seguridade Social pautados na reforma sanitária; evidenciar a importância da intersectorialidade em demandas e respostas profissionais; não considerar a saúde de forma isolada, conforme o modelo biomédico, mas colocam em evidência as necessidades sociais, analisando o contexto econômico, social e cultural como também, apresenta conhecimento sobre o arcabouço legal da profissão, ao respeitar o que está disposto na Lei N°8.662/1993, destacando sua compreensão acerca de suas atribuições e competências profissionais etc.

Considerando a conjuntura política do país, sob o governo ultraneoliberal de Jair Messias Bolsonaro, o contexto de obscurantismo, retrocesso e acirramento das expressões da questão social – observados nos capítulos anteriores – é sabido que o/a assistente social enfrentou muitas adversidades no enfrentamento da COVID-19. Desse modo, serão analisados esses desafios e suas implicações no atual contexto pós-pandêmico, a partir do Quadro 1.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Quadro 1 – Planos de Trabalho dos/as Assistentes Sociais do Agreste Paraibano (2021 –2022)

PLANOS DE TRABALHO	DESAFIOS
1. Hospitais de urgência e emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Demandas indevidas, em particular a comunicação de óbito;
2. HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganização do fluxo de atendimento das demandas; • Melhorar a relação interprofissional entre as equipes de trabalho e as práticas institucionais interprofissionais.
3. HOSPITAL DE CLÍNICAS DE CAMPINA GRANDE (HCCG)	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência por parte de outras categorias profissionais em entender as atribuições e competências do Assistente social • A operacionalização do trabalho submetido aos rearranjos propostos pelos governos que descaracterizam a proposta original do SUS;
4. UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE MONTEIRO; HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO (HUAC - CG); UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE INGÁ; INSTITUTO DE SAÚDE ELPÍDIO DE ALMEIDA (ISEA - CG)	<ul style="list-style-type: none"> • Demandas indevidas e os vínculos empregatícios frágeis e que por inúmeras vezes, sobrecarregam o profissional; • fragmentação das políticas sociais e ; Fragilidade da Atenção Primária à Saúde, • Desconhecimento por parte de alguns profissionais da equipe sobre o papel do/a assistente social; • Quantidade de materiais e equipamentos insuficientes; • Necessidade de reestruturação dos serviços de saúde para além de ações emergenciais, tanto durante a Pandemia quanto na pós-pandemia da Covid-19;
5. CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL I (CAPS I) – São Sebastião de Lagoa de Roça-PB; Lagoa Seca-PB; Sumé- PB; Distrito de São José da Mata-PB	<ul style="list-style-type: none"> • As implicações socioeconômicas, que provocaram o aumento do sofrimento mental. • A pandemia trouxe consigo o aumento de demandas;
6. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AD III REGIONAL BOQUEIRÃO – PB	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência do repasse financeiro pelo Ministério da Saúde para o financiamento do CAPS;
7. ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE CAMPINA GRANDE (ESF-CG)	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e agravamento das expressões da Questão Social; • A falta de Equipamentos Individuais e Coletivos (EPIs);
8. NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB) MACRORREGIÃO DO CARIRI PARAIBANO	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de esclarecimento sobre as atribuições e competências dos Assistentes Sociais no NASF por outras categorias profissionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

9. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO/PB; CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO ARARUNA/PB II (CER II); CER IV – CAMPINA GRANDE/PB; CRAS DE BANANEIRAS/PB

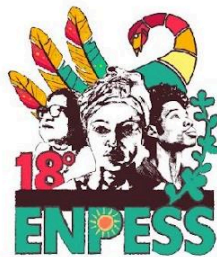
- Necessidade de ampliar informações acerca dos direitos e dos serviços ofertados no âmbito das políticas públicas.

Fonte: Elaborada através dos planos de trabalho, 2021–2022 do Projeto de Extensão “Educação permanente para os/as assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós- pandemia da COVID-19 na Paraíba”.

Diante da exposição do quadro 1, observa-se que os 9 (nove) planos de trabalho foram desenvolvidos nos diversos espaços institucionais da política de saúde da Região Agreste, em seus três níveis de atenção. Desse modo, é possível identificar os mais variados desafios que foram colocados ao Serviço Social e aos seus profissionais no contexto de pandemia e pós-pandemia, entre os quais, destacam-se: a resistência por parte de outras categorias profissionais em entender as atribuições do/a assistente social, resultando em demandas indevidas, sobretudo na comunicação de óbito que foi bastante requisitado durante o contexto de enfrentamento a COVID-19, o que gerou uma mobilização pelo conjunto CFESS/CRESS para orientação acerca das atribuições, competências e respostas profissionais, de modo que, a emissão da Orientação Normativa nº 03/2020, dispõe sobre a comunicação de boletins de saúde e óbitos que não são atribuições dos/as assistentes sociais e portanto não cabe ao Serviço Social divulgar.

Outro desafio frequentemente mencionado refere-se à quantidade de materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) insuficientes no processo de enfrentamento a COVID-19, culminando na indisponibilidade de EPI para profissionais que não estivessem em contato direto com pacientes com COVID-19. “Contudo, assistentes sociais, mesmo que não estivessem atendendo diretamente usuários(as) com COVID-19, estavam, atendendo seus familiares” (Soares et al., 2021, p.125). Desse modo, os profissionais de Serviço Social ficaram expostos ao risco de contaminação, gerando a mobilização do CFESS juntamente com o CRESS a fim de garantir que os acessos aos EPI's fossem permitidos e fornecidos para a categoria profissional.

Além desses desafios, os CAPS, sobretudo, vivenciam na prática as implicações socioeconômicas desse processo que provocaram o aumento das demandas referentes ao sofrimento mental, como também, evidencia a dificuldade para o atendimento dessas demandas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tendo em vista o desmonte da política de saúde mental e a restrição severa dos serviços essenciais.

De forma geral, os desafios mais recorrentes presentes nos planos, referem-se às atribuições e competências profissionais, as demandas, o aumento de casos de sofrimento mental, a precarização do trabalho e as possibilidades de respostas face ao contexto da pandemia. Cabe ressaltar que a falta de compreensão por parte de outras categorias sobre as atribuições e competências do assistente social sempre existiu, como também, as demandas indevidas, a precarização do trabalho, os vínculos fragilizados, a necessidade de refletir a direção política da profissão e cumprir com o papel ético-político na luta pelos direitos sociais da população. Entretanto, esses desafios postos na realidade da categoria profissional foram intensificados à medida que o Estado e sua forma de governo aliado às estratégias do capitalismo traçam estratégias de enfrentamento das crises cíclicas por meio de ajustes fiscais permanentes e contrarreformas, resultando no surgimento de novos e velhos desafios para o Serviço Social. Assim, com o advento da pandemia da Covid-19 foi reforçada a precarização no âmbito do trabalho profissional; houve muitos contratos temporários; sobrecarga de trabalho, haja vista que as expressões da questão social foram intensificadas, aumento de casos referentes ao sofrimento mental; demandas indevidas relacionadas a informações sobre o quadro clínico dos usuários e comunicação de óbito.

Abaixo o quadro 2 aborda quais foram os desafios presentes nos 5 (cinco) planos de trabalho na região do Sertão Paraibano, realizados no ano de 2021 durante o período pandêmico da COVID-19:

Quadro 2 – Planos de Trabalho dos/as Assistentes Sociais do Sertão Paraibano (2021 –2022)

PLANOS DE TRABALHO	DESAFIOS
1. ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF); NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de um processo continuado de educação em saúde voltado à população específica;• Melhorar o acolhimento aos usuários e profissionais da saúde através de escuta qualificada;
2. NASF-AB dos municípios de Bernardino Batista, Patos, Sousa e Vista Serrana	<ul style="list-style-type: none">• A suspensão das atividades dos A.S. durante a pandemia;• Luta pela reocupação dos espaços sócio ocupacionais que foram perdidos em decorrência da alteração na legislação do programa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3. O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	<ul style="list-style-type: none">• Compreensão incipiente do processo saúde-doença enquanto determinação social, pelos usuários e familiares, dificultando a prevenção e o tratamento.
4. Centro de Saúde Frei Damião - Patos Centro de Atenção Especializada em DST/AIDS - CTA/SAE – Patos Centro Especializado em Reabilitação - CER II - Patos Hospital e Maternidade Caçula Leite – HMC - Conceição Hospital Regional de Patos - Deputado Janduhy Carneiro – CHRDJC	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade para orientar o acesso dos usuários a outros serviços de saúde, no sentido de possuir garantia do atendimento.• Falta de conhecimento do profissional para realizar encaminhamento de determinadas demandas.
5. Hospital Regional de Cajazeiras-PB; Hospital Regional de Catolé do Rocha-PB; Hospital Regional de Pombal-PB; Hospital Regional de Sousa- PB.	<ul style="list-style-type: none">• Políticas Públicas voltadas à segurança e apoio necessário às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Durante a pandemia de COVID-19 cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual.

Fonte: Elaborada através dos planos de trabalho, 2021–2022 do Projeto de Extensão “Educação permanente para os/as assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós- pandemia da COVID-19 na Paraíba”.

Assim como os planos de trabalho do Agreste Paraibano foram desenvolvidos nos três níveis de atenção à saúde (primária, secundária e terciária), os planos de trabalho do Sertão Paraibano também se constituíram da mesma forma. Desse modo, é possível identificar os mais variados desafios presentes nesses espaços.

Os cerne da maioria desses desafios decorrem da precarização dos vínculos e condições de trabalho no contexto de retirada de direitos, sucateamento do fundo público e desfinanciamento das políticas sociais, de modo que, as implicações desse processo que fomenta a fragilidade da política de saúde, em seus diferentes serviços e níveis de atenção, reflete na prática profissional a dificuldade para construir respostas profissionais qualificadas para as demandas que são postas para o/a assistente social, de forma que a jornada intensa de trabalho precarizado e as demandas indevidas reprimem, por exemplo, a escuta qualificada dos profissionais, a construção de um projeto de educação permanente em saúde voltado à população; o acesso dos usuários e profissionais da saúde a um atendimento especializado; afeta a compreensão do processo saúde-doença enquanto determinação social, tanto pelos profissionais, quanto pelos usuários e familiares; impossibilita que o profissional tenha tempo para refletir sobre seu exercício profissional e desenvolver ações conjuntas na esfera da Seguridade Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como forma de superação desses desafios, os/as assistentes sociais, participantes do Projeto de Extensão, em seus planos de trabalho, no enfrentamento à COVID-19, no Sertão e Agreste paraibano, buscaram elaborar um plano de trabalho com a finalidade de propiciar melhor qualidade dos serviços; fortalecer as equipes NASF-AB para o desempenho de suas atribuições na prevenção e promoção da saúde nos territórios; desenvolver atividades interprofissionais, de modo a garantir uma prática de integralidade; promover atividades educativas nas UBSs; articular ações e fluxos intersetoriais, de modo a garantir o acesso dos usuários aos diversos serviços e políticas públicas existentes nos municípios; desenvolver ações com vista a minimizar o impacto da Pandemia da COVID-19 na saúde da população; permitir que os usuários e suas famílias possam ser vistos em sua integralidade, não apenas tratar a doença especificamente, mas amparando-os, também, em suas necessidades sociais, como também, buscaram combater a desinformação, acerca da vacina contra COVID-19, através de ações de educação em saúde.

Dando continuidade a análise dos planos de trabalho, a seguir, tratamos da mesorregião do Agreste paraibano, o quadro 3 evidencia as implicações referente ao período pós-pandêmico no ano de 2023:

Quadro 3 – Planos de Trabalho dos/as Assistentes Sociais do Agreste Paraibano (2023)

PLANOS DE TRABALHO	DESAFIOS
1. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none">• Transpor o aspecto emergencial e burocrático existentes em determinados serviços, considerando a importância de uma prática reflexiva por meio do planejamento.;• Romper com uma visão fragmentada do conceito de saúde no sentido de reconhecer o sujeito em sua integralidade.
2. CAPS I- Alagoa Grande-PB; CERAST- Campina Grande-PB; NASF – Esperança- PB	<ul style="list-style-type: none">• Aprofundamento das políticas ultraneoliberais e das contrarreformas que, na prática, extinguem direitos e inviabilizam serviços públicos de qualidade para a população brasileira;• Sofrimento mental.
3. Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Estratégia Saúde da Família (ESF), nos Municípios de Itatuba e Serra Redonda.	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do desemprego e de outras expressões da questão social que tensionam os serviços de saúde com a ampliação significativa de demandas dos usuários..
4. HOSPITAL ANTONIO TARGINO – HAT; HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO- (HUAC);	<ul style="list-style-type: none">• Desafios diários na busca/viabilização de direitos dos usuários dos serviços, tendo em vista a fragmentação da política;

Fonte: Elaborada através dos planos de trabalho 2023 do Projeto de Extensão “Educação permanente para os/as assistentes sociais atuantes na área da saúde no contexto da pandemia e pós- pandemia da COVID-19 na Paraíba”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao analisar o quadro 3, verifica-se que as implicações presentes nos 4 (quatro) planos de trabalho do Agreste paraibano no ano de 2023 referem-se ao atual contexto pós-pandêmico assolado pela maior crise sanitária, política, econômica, cultural e social, em que o aprofundamento das políticas ultraneoliberais e das contrarreformas extinguiram os direitos; causou o aumento do desemprego e de outras expressões da questão social; afetou a qualidade e viabilização dos serviços públicos prestados; intensificou a fragmentação da política; houve a ampliação de demandas sociais e o aumento significativo de casos de sofrimento mental. Diante dos impactos causados por esse processo, foi relatada a predominância da visão fragmentada do conceito de saúde; a necessidade de não se deixar levar pelo imediatismo e/ou o praticismo e transpor o aspecto emergencial e burocrático existentes em determinados serviços, considerando a importância de uma prática reflexiva por meio do planejamento.

Nesse sentido, conforme Silva et al (2023, p. 388) parafraseando Guerra et al (2015, p. 5) “um dos maiores desafios neste atual contexto é viabilizar a efetivação do Projeto Ético-Político. E, para isso, é fundamentalmente importante a análise da realidade em que se dá o exercício profissional”. Assim, os planos de trabalho do atual contexto pós-pandêmico, buscam romper com a visão fragmentada do conceito de saúde, através da aproximação e compreensão contínua dos desafios, como também, visa uma análise constante das relações institucionais e o comprometimento com as competências e atribuições, e assim, contribuir para uma prática profissional crítica-reflexiva alinhada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Além disso, buscam estimular a participação dos usuários e seus familiares no processo do cuidado pós-pandêmico, fortalecendo as ações intersetoriais como aspecto fundamental à construção da rede de cuidados e de atenção na saúde.

Diante disso, foi constatado que dentro de seus limites e possibilidades os(as) assistentes sociais no seu espaço de trabalho conseguiu dar respostas profissionais qualificadas no enfrentamento da COVID-19, como também, os planos de trabalho têm se voltado ao contexto pós-pandêmico, ações intersetoriais, a socialização de informações sobre os serviços institucionais disponíveis e a realização do trabalho, observando as atribuições e competências profissionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

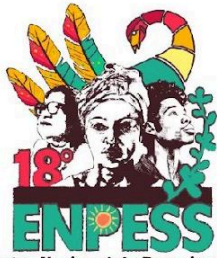
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS APROXIMATIVAS

Diante do exposto, foi observado que apesar do surgimento e intensificação de novos e velhos desafios no âmbito das políticas sociais, durante o processo de crise estrutural somadas ao advento da pandemia, a categoria profissional fortaleceu-se, não fugiu à luta, houve uma maior mobilização e articulação do conjunto CFESS/CRESS a fim de contribuir para superação e resolução das problemáticas colocadas para a categoria profissional no enfrentamento da COVID-19. Além disso, a identificação dos desafios, por meio dos planos de trabalho, fruto do projeto de educação permanente contribuíram para avançar na compreensão da realidade, das determinações e necessidades sociais, das demandas e requisições profissionais postas ao Serviço Social, assim como na obtenção de respostas construídas por meio do trabalho profissional. Ao fazer a análise dos resultados, é observado que ainda persistem velhos problemas e desafios em todos os planos de trabalhos do Agreste e Sertão Paraibano, em que, durante a pandemia foram intensificados, e apesar de haver esforços da categoria profissional para superação desses desafios, ainda permanecem presentes durante o atual contexto pós-pandêmico. Destarte, tendo em vista a forma de governo aliada às estratégias do capitalismo contemporâneo, os/as assistentes sociais não estarão livres de tensões, desafios, conflitos e contradições nos seus espaços sócio-ocupacionais, sobretudo na política de saúde, exigindo da categoria profissional um processo contínuo de luta e resistência contra a ordem capitalista e comprometimento com o Projeto Ético-Político da profissão, para assim, enfrentar um contexto bastante adverso, tendo conhecimento dos desafios propostos e da postura necessária para intervir nas demandas complexas da crise sanitária e das expressões da questão social, assim, dentro dos limites e possibilidades possamos estabelecer mecanismos de enfrentamento que possibilitem a efetivação dos serviços públicos de saúde, pautados nos princípios universais da reforma sanitária.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Libertas**, Juiz de Fora, v.23, n.1, p. 10-22, jan./jun.2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383> Acesso em 24 nov. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BEHRING, Elaine. O ultraneoliberalismo e o “esmaecimento dos afetos” na pandemia. **Esquerda online**, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/04/23/o-ultraneoliberalismo-e-o-esmaecimento-dos-afetos-na-pandemia/> Acesso em: 02 jan. 2024

BEHRING, Elaine Rosseti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. CORONAVÍRUS BRASIL. <https://covid.saude.gov.br/> acesso em 06/05/2024. Ministério da Saúde: Brasília, 2022.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, Brasília, 1995.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010.

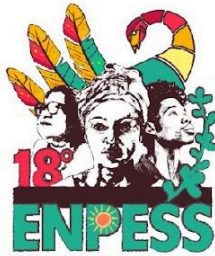
CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Os Impactos do Coronavírus no Trabalho do(a) Assistente Social. In: **CFESS Manifesta**, Brasília, 23 mar. 2020. Disponível em <http://www.cfess.org/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf> Acesso em 20/05/2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Orientação Normativa nº3/2020**. Dispõe sobre as ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>. Acesso em 20/05/2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Lei 8.662/93**. Regulamentação da Profissão e Código de Ética do/a Assistente Social. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012, 60p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 06 out. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Parecer Jurídico nº 05/2020. Informa sobre Ausência de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para assistentes sociais. Medidas jurídicas cabíveis. Disponível em: <http://www.cfess.org.br.arquivos/Cfess-ParecerJuridico05-2020-E-EPI-.pdf>. Acesso em 13 nov. 2023

FARIAS, Camila Gomes de; FERNANDES, Helita do Nascimento; FIGUEREDO, Camila Taíse de Souza; BARBOSA, Mônica de Almeida; ALMEIDA, José Cezário de; LEMOS, Ana Emília Nascimento. O trabalho da/o assistente social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, São Paulo, v.13, n. 4, p.882-889, out-dez, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241> Acesso em: 15 mar. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NETTO, José Paulo **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

SILVA, Alessandra Ximenes da; COSTA, Tereza Cristina Ribeiro da. Capitalismo, pandemia e saúde mental: um diálogo com Iain Ferguson. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 31-39, set./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/42545> Acesso em: 29 mai. 2024.

SILVA, A. X. da; et al. **Educação permanente para Assistentes Sociais atuantes na área da Saúde na Paraíba**. Campina Grande: Eduepb, 2023

SOARES, Raquel Cavalcante; A contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social: impactos, desafios e estratégias em tempos de neoliberalismo ortodoxo. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, n.1, p. 01-13, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25152> Acesso em: 13 mar. 2024.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valeria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 118–133, jan. 2021.